

4ª Revista Conferência de SAN

Pós-conferência
Mais de 75 mil vozes

Entrevista
Avaliação positiva

Carta política
Olho no Brasil e no mundo



Editorial

Esta edição especial e única da Revista da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (4ª CNSAN) tem caráter memorialístico, ou seja, é um dos registros impressos do evento, ocorrido de 7 a 10 de novembro de 2011, em Salvador (BA).

Aqui o(a) leitor(a) conhecerá um pouco do que aconteceu nos quatro dias de encontro, matérias, reportagens e fotos, muitas fotos da conferência. Seria humanamente impossível retratar tudo o que o aconteceu num universo de duas mil pessoas e centenas de atividades. Esta revista traz uma síntese dos fatos e das atividades mais relevantes ocorridas no universo do evento.

A todos(as) uma excelente leitura.

Expediente

Esta revista, de edição única, é um dos registros impressos referentes à 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (4ª CNSAN), publicada sob a responsabilidade da Assessoria de Comunicação do Consea.

A tiragem é de 5.000 exemplares, com distribuição gratuita entre delegados, conselhos, conselheiros, parceiros, entidades sociais e público em geral. As fotos usadas são de Ana Nascimento (MDS), Claudio David (Consea) e de fotógrafos contratados pela organização do evento
Diagramação: januariojr@gmail.com

Consea

Palácio do Planalto, Anexo I, sala C2,
Praça dos Três Poderes
CEP: 70.150 - 900 - Brasília - DF
Telefones: (61) 3411.2747/ 2746
Fax: (61) 3411.2301
E-mail: secret.consea@presidencia.gov.br e
ascom@consea.presidencia.gov.br

SUMÁRIO

- 4** Pós-conferência
Mais de 75 mil vozes
- 8** Entrevista
Avaliação Positiva
- 11** Galeria dos presidentes
- 12** Combate ao desperdício
De grão em grão
- 13** Artigo
Unanimidade na diversidade
- 14** Carta política
Olho no Brasil e no mundo
- 16** Conferência em fotos
- 18** Internacional
Olhar estrangeiro
- 19** Indígenas
Dos guaranis aos pataxós
- 21** Cultura
Comida, diversão e arte
- 22** Atividades integradoras
Cardápio recheado
- 24** Frases
- 26** Humor
Os laranjinhas
- 28** Agrotóxicos
Veneno na mesa
- 29** Notas



Mais de 75 mil vozes



Segunda-feira, 7 de novembro de 2011, Auditório Yemanjá, Centro de Convenções da Bahia. Do púlpito, olhando para duas mil pessoas, um dos responsáveis pelo evento tenta resumir em poucas palavras um dos significados daquele movimento, que reunia pessoas dos quatro cantos do mundo.

“Temos caminhado na direção de abrir fronteiras, de nos contrapor às hegemonias e mistificações que comprometem a cidadania e a universalização de direitos, entre eles o direito

à alimentação adequada e saudável”, ele diz. “Temos caminhado na direção de valorizar a produção e a utilização de práticas, das mais variadas formas de conhecimento, que emancipam as pessoas em lugar de aprisioná-las”, completa.

As palavras são de Renato Maluf, presidente do Consea, e o evento é a sessão de abertura da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (4ª CNSAN), realizada na capital baiana, entre 7 e 10 de novembro.

Entre os presentes, ali estavam ministros, governadores, prefeitos, deputados, senadores, pesquisadores, convidados nacionais e internacionais e, principalmente, delegados e delegadas representando a diversidade do país.

Celebrava-se ali uma grande mobilização, uma construção a mais de 150 mil mãos, em mais de três mil pontos do país, desde a Reserva Raposa Serra do Sol, no extremo norte, até Rio Grande, município no extremo sul. O processo participativo começou em etapas municipais, depois em

regionais ou territoriais, passou pelas estaduais, até ser coroado em grande evento nacional.

Feliz e emocionado, Renato Maluf encerrou o discurso relembrando alguns nomes que, em outras épocas, fizeram parte desse movimento: “Embora correndo o risco de faltar com a modestia, acredito que honramos a memória de Josué de Castro, e também a memória de Betinho e Zilda Arns, no processo social e político do qual participamos”, ele falou, sob aplausos.

Foram quatro dias de intensa programação, com plenárias, oficinas, seminários, grupos de trabalho, agenda cultural, atividades integradoras e debates. Ao final, o saldo apresentava exatas 200 deliberações, sendo 168 propostas e 32 moções. Além disso, 23 governos estaduais assinaram um termo de compromisso para aderir ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Sisan.

Mais de 1.600 delegados e delegadas participaram, sendo representantes da agricultura familiar, técnicos e profissionais de variadas formações, gestores públicos (municipais, distritais, estaduais e federais), povos indígenas, população negra, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, povos de terreiro, extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, pantaneiros, geraizeiros, caatingueiros, vazanteiros, marisqueiras, seringueiros, faxinalenses, comunidades de fundo de pasto, pomeranos, povos ciganos, mulheres, jovens, idosos, pessoas com deficiência e pessoas com necessidades alimentares especiais.

Após discussões e votações de propostas, a conferência deliberou sobre ações para que o Estado promova e respeite o direito humano à alimentação adequada e saudável no país, já que se trata de um direito previsto na Constituição Federal.

A Conferência reafirmou a necessidade de profundas alterações na ordem internacional que regula a segurança alimentar e nutricional. Reconheceu e valorizou “o significativo avanço conseguido no Brasil”, mas enfatizou que “é



necessário seguir aprofundando o processo de distribuição de renda, participação e controle social na elaboração, execução e avaliação de políticas públicas”.

Os participantes reconheceram a ação coordenada pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), que resultou no 1º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, expressão de compromissos interseoriais construídos em consonância com consultas feitas ao Consea, englobando 19 ministérios. As ações previstas no plano e outras iniciativas relacionadas com a segurança alimentar e nutricional, contando com a participação da sociedade civil, cumprem papel central na realização dos objetivos previstos no Plano Brasil Sem Miséria.

Na declaração final, os conferencistas criticaram o agronegócio, os transgênicos, os agrotóxicos, a publicidade de alimentos para crianças e o avanço da obesidade e das doenças não transmissíveis.

“Estão suficientemente demonstrados os danos causados pelo modelo agrícola concentrador de terra, pela monocultura intensiva em agrotóxicos e os riscos da utilização dos transgênicos. Esse modelo tem, historicamente, forte presença no Brasil, que se tornou o maior consumidor de agrotóxicos no mundo. A livre atuação das grandes corporações, apoiada na irrestrita publicidade de alimentos que tem como um dos alvos principais as crianças, tem gerado efeitos evidentes na perda de soberania alimentar dos povos e em fenômenos como o avanço do sobrepeso e da obesidade e de outras doenças crônicas não-transmissíveis”, diz a carta política.

Outras proposições tratam de: concretização do direito à terra nos programas da reforma agrária; garantia dos direitos territoriais e patrimoniais e no acesso à terra e recursos naturais para os povos indígenas, incluindo não aldeados, quilombolas e demais povos e comunidades

tradicionais; estruturar e priorizar sistemas de produção sustentáveis e diversificados de alimentos saudáveis com o fortalecimento da autonomia da agricultura familiar e camponesa, povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais; reconhecer o papel estratégico dessas populações na conservação e no uso sustentável da agrobiodiversidade, como guardiãs do patrimônio genético; continuar a construção da Política e do Plano Nacional de Agroecologia.

A Carta Política também reafirmou o papel essencial e estratégico do Sistema Único de Saúde para a consecução do direito humano à alimentação adequada e saudável, com o fortalecimento da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, de forma integrada às demais políticas de saúde, mediante a universalização do acesso às ações de alimentação e nutrição nos diferentes níveis de atenção, considerando as necessidades alimentares especiais e as especificidades étnicas e culturais.

DIRETRIZES APROVADAS

DIREITO FUNDAMENTAL:

alimentação adequada e saudável reconhecida como direito humano fundamental e universal de todos e todas e como obrigação do Estado.

EIXO DO DESENVOLVIMENTO:

soberania e segurança alimentar e nutricional como eixo estratégico do desenvolvimento socioeconômico do país, baseado na erradicação da fome, da miséria e das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL:

a participação da sociedade como o alicerce para o diálogo social, para a formulação, execução, monitoramento e aperfeiçoamento de políticas públicas.

ESTADO REGULADOR:

fortalecimento do papel regulador do Estado, que deve colocar a proteção do direito à alimentação e da soberania alimentar acima dos interesses de mercado.

INTERSETORIALIDADE:

a intersectorialidade na concepção e gestão de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, ampliando o alcance e a efetividade dessas políticas.

ETNODESENVOLVIMENTO:

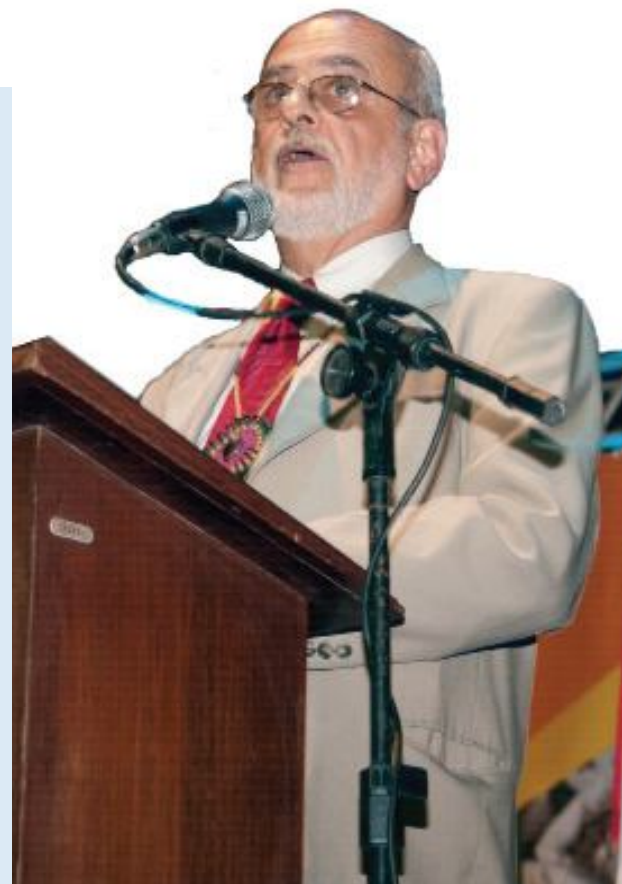
respeito e garantia de princípios de etnodesenvolvimento como eixo de políticas públicas para povos indígenas, população negra e povos e comunidades tradicionais, com políticas afirmativas de combate ao racismo e às formas de discriminação.



Avaliação positiva

O professor Renato Sérgio Jamil Maluf deixa em março a presidência do Consea, cargo que exerceu nas gestões 2007/2009 e 2009/2011 [veja galeria de ex-presidentes na página 11].

Natural de Piracicaba (SP), doutor em Ciências Econômicas, ele coordena o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde é professor. Integra o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN). Participou de programas de pós-doutoramento na University of Oxford (Reino Unido) e na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (França). É um dos 15 integrantes do Painel de Alto Nível de Especialistas do Comitê de Segurança Alimentar da FAO. Nesta entrevista, ele fala sobre os debates, as propostas e os resultados da 4ª Conferência Nacional.



A 4ª Conferência atingiu os objetivos?

Creio que sim. Temos uma avaliação muito positiva dos resultados finais da conferência, dos produtos dela extraídos, dos compromissos firmados e das 200 deliberações aprovadas, entre proposições e moções. Tivemos alguns percalços, por motivos alheios à vontade da comissão organizadora, que prejudicaram alguns itens. Mas o conjunto do evento é altamente positivo. O processo mobilizou mais de 75.000 pessoas, envolveu representantes de 3.000 municípios, 1.660 delegados e delegadas e 340 convidados, entre eles 179 estrangeiros, representantes de

50 países, de cinco continentes. Outro dado importante: 23 estados manifestaram formalmente o compromisso de aderir ao Sisan [Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional]. Além disso, as deliberações reforçam a alimentação adequada e saudável como um direito, que deve ser exigido e que precisa ser respeitado.

Qual o significado, qual a importância da conferência?

No plano nacional, a conferência aconteceu um ano e meio após a promulgação da emenda constitucional que incluiu o direito humano à alimentação adequada e saudável como um dos

direitos sociais da Constituição Federal. Outro fato importante que antecedeu a conferência foi a elaboração do 1º Plano Nacional de SAN, lançado em agosto. No plano global, vimos o mundo sofrer os efeitos da manifestação conjunta de várias crises – a econômica, a alimentar, a energética e a ambiental – todas elas crises sistêmicas, cujas respostas estão interligadas. Os alimentos e, com eles, a agricultura estão de volta ao centro das preocupações mundiais por boas e, infelizmente, por más razões. No entanto, é necessário e possível aproveitarmos essa oportunidade para promover as transformações necessárias no modo de produzir, de comercializar e de consumir os alimentos.

“Lá fora as pessoas sempre querem saber como essa coisa funciona no Brasil”

Você se referiu à presença de 179 convidados internacionais. A que se deve esse interesse externo?

Os papéis desempenhados pelo Brasil no âmbito internacional, a visibilidade adquirida por nossa rica experiência de implementação de políticas públicas com participação social e o nosso desejo de cooperar e compartilhar aprendizados são alguns pontos que podem explicar esse olhar do mundo sobre o nosso país. Lá fora as pessoas sempre querem saber como essa coisa funciona no Brasil. Entre os participantes, tivemos a presença de dois executivos de órgãos das Nações Unidas, como a diretora do Programa Mundial de Alimentos, Josette Sheeran, e diretor geral da FAO, o brasileiro José Graziano, cuja eleição para o cargo tem a ver com todo esse contexto.

O mundo vive um paradoxo entre fome e aumento da produção de alimentos?

Este é uma das contradições do mundo atual. Tem-se a enorme capacidade de produzir alimentos coexistindo com uma inaceitável situação de fome (que atinge quase 1 bilhão de pessoas no mundo). Os mais vulneráveis acabam arcando com os impactos sociais, ambientais e de saúde

provocados pelo modelo hegemônico de produção e consumo. É preciso mudar o modo de produzir, de comercializar e de consumir os alimentos. Estão suficientemente demonstrados os males do modelo agrícola da monocultura intensiva em agrotóxicos e os riscos da controversa utilização dos transgênicos. Igualmente relevante, a atuação desregulada das grandes corporações e a publicidade de alimentos têm gerado efeitos evidentes na perda de soberania alimentar dos povos e em fenômenos como o avanço do sobrepeso e da obesidade.

A conferência debateu a segurança alimentar e nutricional no contexto da erradicação da miséria?

Com certeza, o Plano Brasil Sem Miséria, um ousado e oportuno desafio da gestão da presidenta Dilma, esteve (e está) no centro da nossa pauta. A fome que ainda atinge os grupos sociais mais vulneráveis no Brasil é um componente central de todas as formas de miséria. Não há planos exitosos de erradicação da miséria que não tenham tido decisiva participação da sociedade.

Então, a superação da extrema pobreza também deve ser um compromisso da sociedade?

Com certeza. Os governos podem muito e o Estado deve ter reforçado o seu papel regulador, ampliando o sentido público de sua atuação. Mas os governos não podem tudo –nem devem ter essa pretensão. Assim sendo, é preciso um esforço sistemático de articulação que canalize esse objetivo com o enorme potencial da mobilização social no Brasil em torno do direito à alimentação, da soberania e segurança alimentar e nutricional. Esse potencial de mobilização foi representado no processo de envolvimento da 4ª CNSAN, com mais de 75 mil pessoas. Nós esperamos que o governo brasileiro aproveite isso em prol da construção de políticas públicas e do alcance dos objetivos.

Galeria de presidentes



O Consea foi criado em 1993. Em 1995 foi desativado. Em 2003 foi reativado. Nestes anos, foram quatro os presidentes do conselho. Veja, abaixo, um pequeno perfil de cada um deles.



Dom Mauro Morelli

Nasceu em Avanhadava (SP) em 1935. Bispo emérito da Diocese de Duque de Caxias (RJ), presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar de Minas Gerais (Consea-MG). Participou, com Herbert de Souza (Betinho), da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida. Em 2004 fundou o Instituto Harpia Harpya – Agência de Defesa e Promoção do Direito à Alimentação e Nutrição. Presidiu o Consea entre 1993 e 1995.

Luiz Marinho

Nasceu em Cosmorama (SP) em 1959. Foi o primeiro presidente do Consea após a reativação do órgão. Metalúrgico, sindicalista, com atuação no ABC Paulista, foi presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ministro do Trabalho e Emprego e da Previdência Social. Em outubro de 2008 foi eleito prefeito de São Bernardo do Campo (SP) para o período 2009-2012. Presidiu o conselho entre 2003 e 2004.

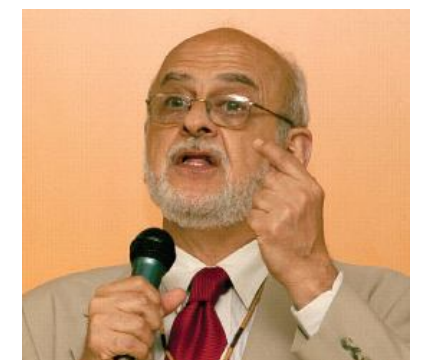


Chico Menezes

Nasceu no Rio de Janeiro em 1952. Economista, mestre em desenvolvimento agrícola, pesquisador e diretor do Ibase e integrante do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN). Uma das conquistas de sua gestão no conselho foi a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan). Presidiu o Consea de maio de 2004 a novembro de 2007.

Renato S. Maluf

Nasceu em Piracicaba (SP) em 1952. Doutor em Ciências Econômicas, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, integra o FBSSAN. É um dos 15 integrantes do Painel de Alto Nível de Especialistas do Comitê de Segurança Alimentar da FAO. Presidiu o Consea em dois mandatos, de novembro de 2007 a março de 2012. Uma das conquistas de sua gestão foi a aprovação da Emenda Constitucional que incluiu alimentação entre os direitos sociais (art 6º) da Constituição Federal.





De grão em grão

Mesa Brasil, programa desenvolvido pelo Sesc, atende 1,4 milhão de brasileiros.

De grão em grão, o Mesa Brasil Sesc vem enchendo o prato de brasileiros. Criado há 21 anos e com novo formato a partir da estratégia Fome Zero, em 2001, o programa realiza a coleta de alimentos onde sobra e os encaminha para locais de maior necessidade.

O objetivo do Sesc é atuar na redução do desperdício por meio da doação de alimentos e de ações educativas. Pode-se dizer que é o maior programa de correção logística para alimentos no Brasil, o que representa muito para o país. Afinal, sabe-se que o Brasil é reconhecidamente um grande produtor de soluções de combate à fome.

A grande contribuição do programa é garantir a segurança alimentar de grupos vulneráveis. Para tanto, o Sesc desenvolve estratégias de mobilização e ações educativas para incentivar a solidariedade e o desenvolvimento comunitário.

O programa mantém duas formas de atuação. Na modalidade colheita urbana, os alimentos são coletados diariamente no doador e entregues diretamente às entidades beneficiadas, tais como creches e abrigos. Já na modalidade banco de alimentos, as doações são coletadas no doador e transportadas para os espaços de armazenagem do programa, onde as entidades realizam a retirada dos produtos.



O Mesa Brasil em 2011

38.793.765 kg	de alimentos distribuídos
105% da meta	de 36.960.750 kg
1.498.301	pessoas beneficiadas
5.594	entidades assistidas
3.248	empresas parceiras
3.593	ações educativas
196.305	pessoas capacitadas
637	voluntários
81	unidades em funcionamento
389	cidades atendidas



Unanimidade na diversidade

Írio Conti*

É muito bom a gente participar de rodas de conversas e comentários sobre os eventos, fatos e acontecimentos que ocorrem perto e longe de nós. Nestes dias certamente muitos de nós tivemos oportunidade de participar de alguma conversa, ouvir e tecer comentários sobre o que ocorreu na 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrida em Salvador, de 7 a 10 de novembro.

Longe de qualquer pretensão de querer sintetizar a riqueza e a diversidade que foi a conferência, podemos afirmar que ela congregou a diversidade em torno de uma unanimidade: a afirmação incontestável e uníssona de que o direito humano à alimentação adequada e saudável é um direito de todas e de todos os brasileiros. A partir da década de 1990 emergiram diversas organizações sociais e governamentais que passaram a se ocupar com a segurança alimentar e nutricional em diversas frentes de atuação. Timidamente o direito humano à alimentação adequada começou a ser incluído nas agendas. Não poucas vezes foi considerado e tratado por certos setores como um tema periférico e secundário.

Aos poucos, o tema foi conquistando espaços nos debates e elaborações de propostas, mas também com a criação de organizações e instâncias, comissões ou setores no interior de instituições e conselhos. Foi assim que, a partir de 2003, o tema alcançou ressonância no interior do Consea, com a criação das comissões temáticas, dentre as quais a Comissão de Direito Humano à Alimentação Adequada.

Os debates realizados nos diversos espaços sociais e do Consea atingiram também o âmbito do Legislativo, de modo que em 2006 a Câmara Federal aprovou a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), que incorpora, à legislação brasileira, tanto o direito humano à alimentação adequada quanto a soberania alimentar. Como se não bastasse isso, em 2010 o Congresso Nacional aprovou e promulgou a Emenda Constitucional nº 64, que inclui o direito à alimentação entre os direitos sociais fundamentais consagrados no artigo 6º da Constituição Federal.

Estes antecedentes foram indispensáveis para a culmi-



nância da definição, pelo Consea, da “alimentação adequada e saudável: direito de todos” como o tema desta 4ª Conferência Nacional que acabamos de realizar. Todas as conferências municipais, regionais, territoriais, estaduais e a nacional discutiram e debateram amplamente os avanços, ameaças e perspectivas para a efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável.

Na declaração política da 4ª Conferência, aclamada por unanimidade, os delegados e delegadas proclamaram “a alimentação adequada e saudável como direito humano fundamental e universal de todos e todas e como obrigação do Estado, e a soberania e a segurança alimentar e nutricional como eixo estratégico do desenvolvimento socioeconômico do país”.

Portanto, vivemos um tempo em que o direito humano à alimentação adequada e saudável entrou na agenda política do Estado e da sociedade brasileira. Já não são mais apenas algumas poucas pessoas que bradam e insistem para incluir este tema nas agendas e nas políticas públicas. Agora já somos milhares e milhões que, gradualmente, assumimos a nossa condição de sujeitos de direitos e vamos fazendo ecoar entre todos os povos e em todos os espaços sociais e institucionais que o direito humano à alimentação adequada e saudável é um direito de todos e todas. Façamos valer!

* Írio Conti é presidente da Fian Internacional e conselheiro do Consea



Olho no Brasil e no mundo

Carta Política lembra que não só os brasileiros, mas todos os habitantes do planeta têm direito à alimentação adequada e saudável

Um olhar não apenas sobre o Brasil, mas sobre o mundo, pois tudo hoje em dia está interligado. Esse olhar nacional e internacional é um dos traços da Carta Política aprovada pelos participantes da 4ª Conferência Nacional ao final do evento.

Já de cara, num dos primeiros itens, o documento lança um olhar global: “Afirmamos que todos os sete bilhões de habitantes do planeta têm direito à alimentação adequada e saudável todos os dias e a estarem protegidos contra a fome”.

A carta é um documento político que sintetiza os principais pontos extraídos do evento, uma espécie de “recado” ou “declaração” do universo dos participantes para o Brasil, para os governos, para o mundo.

Na carta estão as vozes de camponeses da agricultura familiar, de técnicos de variadas formações, de gestores públicos, de povos indígenas, de caiçaras, ribeirinhos, pescadores, população negra, marisqueiros...

E povos e comunidades tradicionais, quilombolas, povos de terreiro, extrativistas, pantaneiros, geraizeiros, caatingueiros, vaqueiros, seringueiros, faxinalenses, pomeranos, comunidades de fundo de pasto e povos ciganos.

Um bilhão de famintos

Cerca de um bilhão de pessoas sofrem com a fome no mundo, e 75% delas vivem no meio rural, a maioria negros e mulheres. A conferência cobrou “profundas alterações na ordem internacional que regula a segurança alimentar e nutricional”. Que sejam fortalecidos o Sistema das Nações Unidas e os espaços multilaterais, com a ativa participação da sociedade civil.

A experiência brasileira foi reconhecida. “Reconhecemos e valorizamos o significativo avanço já conseguido, no Brasil, na mobilização social pela soberania e a segurança alimentar e nutricional, assim como na formulação e implementação de políticas públicas intersetoriais e participativas, que permitiram reduzir a miséria e ampliar o acesso a alimentos”.



“O caminho que vem sendo trilhado pelo Brasil é hoje reivindicado nas praças públicas do mundo pelas populações contrárias à continuidade de políticas que privilegiam uns poucos e promovem concentração de renda”, diz o documento.

O Brasil, porém, ainda possui dívidas sociais históricas. “Nosso país ainda se defronta com contradições e desafios decorrentes de nosso histórico de desigualdade social e racial, das marcas deixadas pelo autoritarismo no Estado brasileiro e de um sistema político que limita a representação democrática”.

Protagonismo da sociedade civil

A carta critica a publicidade de alimentos para crianças. “A irrestrita publicidade de

alimentos (que tem como alvo principal as crianças) gera sobrepeso, obesidade e doenças crônicas não-transmissíveis”.

O Brasil precisa de um novo modelo de produção e consumo, que se baseie em princípios como soberania alimentar, sustentabilidade, justiça social e climática e participação social. É um ponto fundamental: o papel regulador do Estado.

Que o país priorize os sistemas de produção sustentáveis e diversificados de alimentos; fortaleça a agricultura familiar e camponesa, os povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais; garanta o acesso à água; e reconheça o papel dessas populações no uso sustentável da agrobiodiversidade.

É urgente aplicar o “princípio da precaução” em relação aos produtos transgênicos e manter a atual moratória de uso da tecnologia “terminator” (sementes estéreis). A carta reconhece e valoriza o protagonismo das organizações da sociedade civil na garantia da soberania e da segurança alimentar e nutricional. E também considera imperiosa a criação de um marco legal para repasse de recursos públicos.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

• **Alimentação adequada e saudável:** concebida como direito do cidadão e obrigação do Estado.

• **Soberania e a segurança alimentar e nutricional:** são eixos estratégicos de desenvolvimento socioeconômico, baseado no fim da miséria e das desigualdades.

• **Participação da sociedade:** alicerce para o diálogo social na formulação e aperfeiçoamento das políticas públicas.

• **Papel regulador do Estado:** proteção do direito à alimentação e da soberania alimentar deve estar acima dos interesses de mercado.

• **Intersetorialidade** na concepção e gestão das políticas públicas, potencializando o alcance e a efetividade dessas políticas.

• **Respeito e garantia ao etnodesenvolvimento** como eixo orientador de políticas públicas para povos indígenas, população negra e povos e comunidades tradicionais.

4ª Conferência em fotos





Olhar estrangeiro

“A alegria era um fio comum que emergia nos largos sorrisos dos participantes e do movimento dos corpos ao som da música durante os momentos de integração, mas que definitivamente explodiu no final, quando faltaram palavras de agradecimento [...] e os participantes aplaudiram, cantaram e dançaram”.

Essa foi uma das impressões do equatoriano Fernando Rosero, coordenador do Centro Andino

de Formação de Líderes Sociais (Cafolis), logo após participar da conferência em Salvador. Ele disse mais: “os quatro dias vividos [na conferência] nos deixaram muitas lições e uma grande esperança para a humanidade”.

Rosero era um dos 179 estrangeiros que viajaram à Bahia em novembro para participar da conferência. Além dele, outros técnicos, profissionais e pesquisadores estrangeiros vieram conhecer um pouco da experiência brasileira. “A conferência foi uma ótima oportunidade para conhecer alguns dos envolvidos na formulação de políticas públicas e me informar sobre sua implementação”, disse a economista indiana Reetika Khera, em texto enviado ao Consea.

“O Brasil tem uma rica experiência a ser compartilhada com os governos interessados em aprender como os brasileiros conseguiram esse êxito, e adaptar esse conhecimento aos seus países”, disse, em entrevista, outra participante do evento, Josettee Sheeran, diretora do Programa Mundial de Alimentos, da Organização das Nações Unidas (ONU).

Os 179 estrangeiros vieram de 50 países, cinco continentes (África, América, Ásia, Europa e



Oceania), interessados em conhecer – e replicar – a experiência brasileira na construção de políticas públicas. Além disso, às vésperas da conferência, o Brasil foi eleito pela ONG internacional ActionAid como o país “campeão mundial no combate à fome”, título conquistado pela terceiro ano consecutivo.

A forte presença estrangeira mostra a repercussão das iniciativas brasileiras, fato que favorece o fortalecimento de parcerias de cooperação técnica entre países. Do Senegal veio Mouhamady Cissoko, presidente da Rede de Organizações de Agricultores

e Produtores da África Oriental (Roppa). Da África do Sul, Bathabile Dlamini, ministra do Desenvolvimento Social. De Ruanda, o ministro da Educação, Mathias Harebamungu. De Mali, Denis Dognon.

Entre os cinquenta países representados estavam Botsuana, Cabo Verde, Chile, Colômbia, Congo, Costa do Marfim, Cuba, Egito, El Salvador, Equador, Fiji, Guiné, Guiné-Bissau, Líbano, Moçambique, República Dominicana, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Sri Lanka, Tanzânia, Timor-Leste, Tunísia e outros.

“Os quatro dias nos deixaram lições e uma grande esperança para a humanidade”

(Fernando Rosero - Centro Andino de Formação de Líderes Sociais - Cafolis)



Dos guaranis aos pataxós

A cultura indígena é rica em rituais, como o respeito às tradições e a preservação de costumes. Um pouco dessa cultura, desses costumes e dessas tradições foi levado para a conferência em Salvador. E o índio “apitou” forte na conferência, reivindicando seus direitos.

Aliás, o povo indígena é dos mais vulneráveis às violações do direito humano à alimentação. Por isso, nos dois dias anteriores à abertura da conferência, a organização do evento realizou um encontro de preparação dos delegados indígenas escolhidos nas conferências estaduais.

Lá estavam representantes dos guaranis, terenas, pankararés, charruas, tapebas, guajajara, kaingang, krikatis, taurepangs,



xucurus do ororubá, macuxis, katu-awá/araiás, karajás, omágua/kambebas, xavantes, tembés/teneteharas, kaxinawas, kaiowás, potiguaras, pataxós, kayapós, karitianas, saterés, maués, tuxás, tucanos, kinikinaus, baniwas/patamonas, guaranis/kaiwás, tapuias, tikuas, xocós, pitaguaris e wamanos.

Cerca de 100 delegados indígenas participaram. Estavam se preparando para a sistemática de debates e da dialética que permeia as decisões de uma conferência. O evento preparatório indígena foi realizado pelo Consea, em parceria com a Orga-

nização Panamericana de Saúde (Opas), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Saúde, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), entre outros.

Os delegados indígenas definiram propostas para a melhoria da segurança alimentar e nutricional nos seus territórios. Existem questões bastante específicas em torno dos direitos indígenas (inclusive não-aldeados), como o direito à terra e o acesso à água e aos recursos naturais.



Comida, diversão e arte

Noite de segunda-feira, em Salvador, na Bahia de todos santos e de todas as músicas. Era um momento solene: a abertura da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Na plateia: governadores, ministros, deputados, senadores e, sobretudo, agricultores, pescadores, indígenas, quilombolas, cidadãos. Quando as cortinas do palco se abrem, um grupo juvenil começa a tocar. Eram meninas e meninos que redescobriram a vida por meio da música. Música clássica, diga-se. E na terra do carnaval.

Pois é, foi um belo e surpreendente concerto da Orquestra Sinfônica Neojibá (Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia) que marcou a cerimônia de abertura da conferência. Aquela seria uma prévia do que viria pela frente – uma programação cultural a mostrar o que é que a Bahia e o Brasil têm.

Não era por menos. Num encontro de duas mil pessoas, gente do Brasil e de cinquenta países dos cinco continentes –, realizado em Salvador, na Bahia de todos os sons, ritmos, crenças e artes, não poderiam faltar esses ingredientes, esses momentos e esses locais de curtir a arte e a cultura – a cultura local, que se mistura à nacional e à universal.

Cultura



Da mãe África à Bahia

E um dos grandes momentos da programação cultural aconteceu numa quarta-feira, 9 de novembro, com o encontro de integração e confraternização na casa de shows e eventos Bahia Café Hall. Duas grandes atrações se apresentaram no palco: o grupo Mametto e o cantor e compositor Magary Lord. Foi uma mistura dos tambores e ritmos da Bahia com traços da black music e músicas latinas, caribenhas, africanas e brasileiras. O grupo Mametto, cujo nome, em dialeto angolano, significa “mãe de todos”, mesclou gêneros como xote, baião, chula, ijexá e samba de roda. Já o cantor Magary, revelação da nova música baiana, fez uma releitura de clássicos da MPB na batida do soul, samba, funk, black, rock e salsa.

Cardápio cultural

A organização do evento (uma equipe com pessoas de cinco estados) preparou uma série de apresentações artísticas que mesclavam folclore, poesia, teatro, cordel, dança e música. Foram 22 atrações culturais em quatro dias. Elas se apresentaram em quatro locais diferentes, sendo que a maioria se apresentou em dois palcos no Centro de Convenções (local do evento), em três períodos – de manhã cedo, no intervalo do almoço e ao final dos trabalhos, ao cair da tarde.

No tabuleiro da conferência baiana, o cardápio artístico-cultural teve orquestra mirim, exibição de grupo de capoeira, orquestra sinfônica juvenil, grupo de teatro, distribuição de fitinhas do Senhor do Bonfim, grupo de reisado, mulheres do samba de roda, cantoria do sertão, samba de roda, show de repentista e um grande caldeirão musical - música erudita, afro, caribenha,

black, reagge, rock, forró e samba.

Os participantes viram e ouviram o Ylê Mirim, Flor do Cangaço, Samba de Roda do Quilombo, Bankoma, Orquestra Neojibá, Samba de Roda Raízes de Angola, Bando do Velho Chico, Aloísio Menezes, Márcia Short, Samba de Viola Raízes de Ipitanga, Grupo de Teatro de Lauro de Freitas, Grupo de Dança da Fundação Cultural da Bahia, Ganhadeiras de Itapuã, Bule-Bule (repentista) e Samba de Roda do Recôncavo.

Essa programação cultural foi fruto de parceria do Consea com diversos órgãos do Governo do Estado da Bahia, como a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), a Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa), além da Companhia de Engenharia Rural da Bahia (Cerb).



Cardápio recheado

Na tarde-noite do segundo dia de conferência, ali entre as 18h30 e 20h30, os participantes tinham um cardápio recheado de opções. Eram as chamadas atividades integradoras, encontros de no máximo 50 pessoas (lotação máxima das salas). Foram painéis, oficinas, mesas de debates, palestras, lançamentos de livro e revista, exibição de filme, troca de experiências, divulgação de trabalhos, intercâmbio de ideias...

Muitos grupos, muitas reuniões, muitas ideias... Tudo acontecendo ao mesmo tempo, tendo como eixo central o tema do evento: “Alimentação Adequada e Saudável – Direito de Todos”. Pode-se dizer que foram bons aperitivos para os grandes debates da conferência. A oficina “Agroecologia como paradigma da agricultura familiar”, por exemplo, foi uma das atividades – ela foi realizada pelo Centro Vianei de Educação Popular.

A Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil (Fenacelbra) promoveu um intercâmbio de experiências sobre necessidades alimentares especiais e identificação das situações de violação do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável.

Uma roda de conversa abordou a articulação de políticas públicas em segurança alimentar e nutricional, com relatos de experiências e avanços/desafios da intersetorialidade. Essa atividade foi realizada pelos Conselhos Estaduais do Ceará (Consea-CE) e Rio Grande do Sul (Consea-RS), Fian Brasil e Rede de Educação Cidadã (Recid).

Já a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) promoveu uma oficina sobre a produção de alimentos na região onde atua. A Rede Nacional de Mobilização Social (Coep) e o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC) abordaram os impactos do aquecimento global sobre a segurança alimentar.

A Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (Abrandh) promoveu uma oficina sobre o Curso Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).



COMO FUNCIONOU

A organização da conferência abriu inscrições para propostas de atividades, escolhendo trinta (número de salas disponíveis). A estrutura oferecida às entidades proponentes era a seguinte: uma sala com capacidade para 50 pessoas (para o horário das 18h30 às 20h30), um computador, um data-show, serviço de café e água mineral. Demais itens (planejamento, organização, metodologia, cópias etc.) ficaram sob a responsabilidade da entidade proponente.



“Um país que cuida das suas crianças investe na sua economia”

Zilda Arns



“O encontro coroou centenas de conferências estaduais e municipais, fruto do envolvimento de 75 mil pessoas. Todos se comprometeram com a análise de onde o Brasil precisa avançar, o que falta e o que estados e municípios têm que fazer para garantir o alimento a todo cidadão brasileiro”.
(Maya Takagi, secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS)



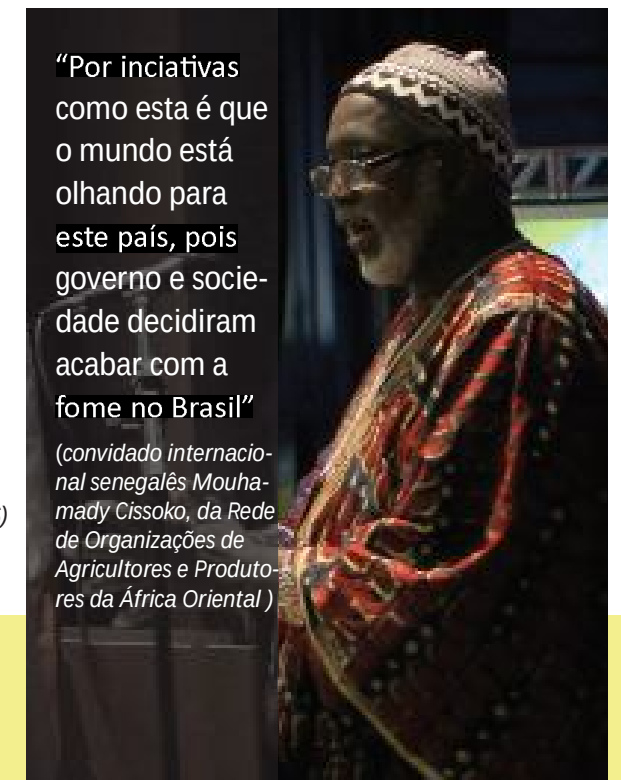
“Pela primeira vez eu vejo o povo cigano representado num evento desse porte, e isso é muito importante. Mas eu acho que é preciso uma maior divulgação dessas políticas, nós precisamos avançar mais”.
(delagada cigana Luna Calin, Mato Grosso do Sul)

“Em particular, notamos o interesse das pessoas sobre a operacionalização das resoluções e orçamentos através de sua ênfase no monitoramento e avaliação de mecanismos de controle social”.
(Fernando Rosero, coordenador geral do Centro Andino de Formação de Líderes Sociais Cafolis, Equador)



“Os importantes desafios hoje são fortalecer o trabalho intersetorial, construindo uma agenda nas três esferas de governo para a construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), fortalecer a área de assistência técnica e reconstruir a infraestrutura do Estado brasileiro. Nós queremos e vamos continuar participando dessa discussão”.
(Tereza Campello, ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS)

“Não pode haver agricultura familiar com agronegócio. Não há qualidade de alimentos com alimentos que chegam intoxicados”.
(delegada Alaíde de Souza, quebradeira de coco de palmeira babaçu no Maranhão)



“Por iniciativas como esta é que o mundo está olhando para este país, pois governo e sociedade decidiram acabar com a fome no Brasil”.
(convidado internacional senegalês Mouhamady Cissoko, da Rede de Organizações de Agricultores e Produtores da África Oriental)

“Tem que haver mudança em toda sociedade/ Essa luta é nossa, é a luta do povo/ É nos quilombos que se constrói um Brasil novo”.
(Xifronésia dos Santos, quilombola, presidente do Consea-SE)

“Nós queremos nossas terras. Nós não temos terra para produzir; comprar fora é caro”.
(delegado Delisso Santos Martins, indígena da tribo guarani de Mato Grosso do Sul)

“Considero este tipo de encontro muito importante, pois é uma oportunidade de discutirmos as nossas questões e apresentarmos as nossas propostas”.
(Rinaldo Araújo, delegado dos povos de terreiros, Rio de Janeiro)

“A conferência congregou a diversidade em torno de uma unanimidade: a afirmação incontestável e uníssona de que o direito humano à alimentação adequada e saudável é um direito de todas e de todos os brasileiros”.
(Írio Conti, presidente da Fian Internacional e conselheiro do Consea)



“De todas as conferências que tenho participado, eu achei que esta foi a mais representativa, e que as pessoas estão mais preparadas. Essa diversidade que a gente vive aqui é de uma riqueza muito grande”.
(Pastor Werner Fuchs, delegado sociedade civil do Paraná)

“A contribuição que essa conferência traz será levada a Brasília, como as questões da água, agrotóxicos, agroecologia, indígena, agrária. Queremos permanentemente manter esse diálogo, essa relação que só faz reafirmar esses projetos”.
(Gilberto Carvalho, Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República)

“O documento vem de cada comunidade, de nossas lutas e foi culminando para chegar aqui. É resultado de construção coletiva, porque veio das nossas práticas e das nossas conferências. Celebramos conquistas e rememoramos algumas amargas derrotas”.
(Naidison Batista, presidente do Consea-BA)





Os laranjinhos

A camiseta da organização era laranja. Logo, de imediato, cada um(a) passou a ser chamado(a) de “o laranjinha” ou “a laranjinha”. Dizia-se também no plural: “Aquele sala é dos laranjinhos”. E a sala, realmente, era mais que uma laranjeira, já era um laranjal, um agitado laranjal.

Tinha laranja falante, laranja calada, laranja magra, laranja gorda, laranja masculina, laranja feminina... E é bom que se diga: não havia no apelido nenhuma maldade, nem tom pejorativo, apenas um termo carinhoso, quase familiar. Um dizia: “Chama o laranjinha”. Outro perguntava: “Cadê o laranjinha?” E os laranjinhos estavam por toda parte.

Eles trabalharam muito, muito mesmo. Suaram a camisa laranja, se estressaram, se estafaram, chegaram perto da exaustão. Mas também se alegraram, vibraram, sorriram, se divertiram. Suas vidas ficaram marcadas em aC e dC, ou seja, antes da Conferência e depois da Conferência. Uns se benzendo e dizendo:

“Não quero outra dessa nunca mais”. Outros sorrindo e falando: “Quando é a próxima? Que venha a próxima”. Pois bem. Os laranjinhos usavam um rádio de comunicação: era um ponto num fio (para falar) e um fone no ouvido (para ouvir). O emissor: “Fulano, tá na escuta?” O receptor respondia: “Fulano na escuta”. E esse diálogo todos tinham que ouvir. A todo momento, sem escapatória. Um dia inteirinho “na escuta”. E entre os laranjinhos havia alguns homônimos: eram dois Marcelos, duas Micheles... Entre as Micheles, cada qual adotou seu sobrenome: uma Lessa, a outra Andrade. Nomes de guerra. Já entre os Marcelos, um ficou com o sobrenome (Torres), enquanto o outro passou a atender pelo nome de seu sócia famoso: Obama.

E chegou uma hora em que o elevador ia subindo, cheio e silencioso. E aí um laranjinha acionou o rádio: “Obama, tá na escuta?” O elevador quase despencou. “O quê? Obama tá aqui?”, indagou um, com olhos graúdos de incredulidade. E o ascensorista baiano, tranqüilão, falou sorrindo: “Oxente! Não tem 200 gringos aí? Então, meus caros, um dos convidados deve ser o Obama”. O elevador chegou ao térreo, gente querendo entrar, gente querendo sair, o laranjinha falando ao fone, sendo parado por um participante, respondendo, seguindo em frente, apressado, e uma mulher da limpeza, que também saía do elevador, segurou o moço pelo braço: “Você deixa eu tirar uma foto com o Obama?”, ela pediu, rogou, suplicou. “Senhora, Obama é o apelido de um funcionário do Consea”, ele explicou, sendo logo puxado por outra pessoa, pedindo outra informação, enquanto a moça da limpeza sumia no meio da multidão.

Outro fato interessante ocorreu no laranjal, ou melhor, na sala do pessoal da organização. Andréa parecia olhar com uma lupa as planilhas de passagens aéreas. Depois de ver e ler a palavra “voo” três mil vezes

sem o acento, ela falou com um sotaque mineiro: “Uai, gente! Que trem engraçado é esse tantão de voo sem acento”. Pois é, depois da reforma ortográfica, a palavra “voo” perdeu o acento circunflexo. As palavras acento e assento são homônimas e homófonas. A primeira, com “c”, refere-se a acentuação gráfica; a segunda, com “ss”, refere-se a cadeira, banco, poltrona, coisa de sentar. E se a palavra voo perdeu o acento, Michelle (a Andrade) não perdeu a piada. “Uai, se o trem [avião] não tem assento, os passageiros vieram como? Será que vieram em pé no trem do avião?” Ela e todo o laranjal caíram em gostosa gargalhada. Era para descontrair. Afinal, dizia a propaganda: “Sorria, você está na Bahia”.

Sorrindo, na Bahia, estava também um laranjinha chamado Antônio Fagundes. Sim, o nome era este mesmo: Antônio Fagundes, xará do famoso ator. Pois quando chegou o dia de ir embora, toda a equipe já no aeroporto, quase todos já dentro do avião, faltava apenas um - justamente o Antônio Fagundes, que tivera um pequeno contratempo, no próprio terminal, e se atrasou um pouco.

Àquela altura do campeonato, no serviço de som do embarque uma voz feminina chamava: “Senhor Antônio Fagundes, última chamada no portão seis”. Pela voz suave e dengosa, deveria achar que o Fagundes em questão era o ator, um homem bonito e charmoso. E a voz paciente falava cantando: “Atenção, senhor Antônio Fagundes, esta é última chamada no portão seis”. E toda hora ela repetia que era a última chamada, mas não era a última nem penúltima nem antepenúltima.

Não precisa nem dizer que uma multidão já havia se formado em torno do portão seis. Mulheres com máquinas fotográficas preparadas. Homens testando celulares e dizendo: “Vou tirar uma foto e levar pra minha filha, que é fã dele”. O pessoal da companhia aérea já havia até preparado um corredorzinho de isolamento, caso

fosse necessário conter a tietagem. E depois de uns dez minutos de “últimas chamadas”, eis que aparece, correndo, apressado e sorridente, um anônimo senhor de camiseta laranja. Como ele carregava uma bagagem de mão, logo os fãs do ator caíram na real, com

seus olhos de frustração, recolhendo celulares e máquinas fotográficas.

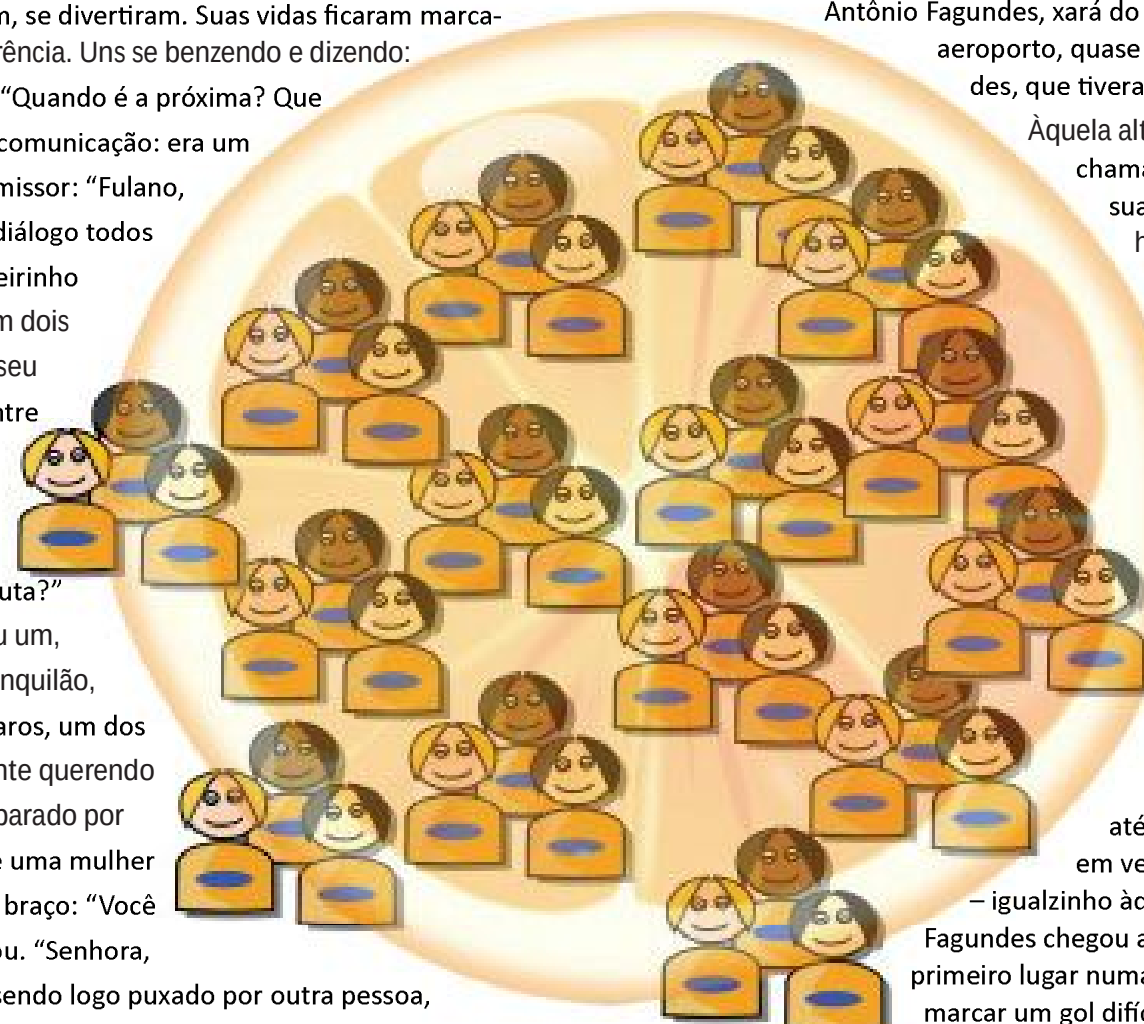
Até mesmo a moça que gastou tanto a voz chamando a “última chamada”, até ela ficou com a cara desolada, talvez arrependida (ninguém sabe). E agora, em vez da “última chamada”, o som que ecoava na sala era um “Óóóóhhhhhh”

– igualzinho àquele som que vem das arquibancadas quando um time perde um gol feito.

Fagundes chegou altivo, decidido, firme. Chegou cansado, mas feliz, como quem chega em primeiro lugar numa maratona, cruzando a fita de chegada. Como um atleta que acaba de marcar um gol difícil, chorado, suado. Chegou e correu pro abraço, para celebrar a vitória da equipe, a equipe dos “laranjinhos”.

* Ilustração: Mônica Soares

** Crônica escrita por um laranjinha.





Veneno na mesa

Lucas de Rio Verde, no Mato Grosso, é um dos municípios de maior produção de milho e soja do país. A cidade de 20 anos de fundação e 40 mil habitantes é a ‘meninas dos olhos’ do agronegócio brasileiro. O lugar também é palco de uma triste realidade – a contaminação da população pelos herbicidas e pesticidas.

No início de 2006, um avião que pulverizava lavouras no município deixou no ar uma grande nuvem de veneno, que atingiu chácaras, hortaliças e nascentes. Comum por aqui, essa tática aérea é proibida na União Europeia, pois há o perigo iminente de o vento espalhar o produto sobre animais e seres humanos.

Desde aquela época, pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) passaram a estudar o leite materno em 62 mães de família. O resultado foi devastador: todas as amostras, de todas as 62 mães, apresentaram um tipo de veneno, inclusive de um DDT proibido no Brasil desde 1985.

No ano passado, um filme do premiado cineasta Sílvio Tandler já trazia a denúncia no

título: “O veneno está na mesa”. Referia-se ao excessivo consumo de agrotóxicos no Brasil. O brasileiro é o maior consumidor de agrotóxico do planeta, com a média anual de 5,2 litros per capita – um amargo recorde mundial.

Esse tema foi um dos assuntos da conferência, tendo sido objeto de atividade integradora, proposições, moções e duas menções específicas

na Carta Política – todas pedindo redução e controle dos agrotóxicos. Numa das atividades integradoras, houve a exibição do documentário de Tandler.

A Carta Política faz duas menções. A primeira diz: “Estão suficientemente demonstrados os danos causados pelo modelo agrícola concentrador de terra, pela monocultura intensiva em agrotóxicos e os riscos da utilização dos transgênicos. Esse modelo tem, historicamente, forte presença no Brasil, que se tornou o maior consumidor de agrotóxicos no mundo. A livre atuação das grandes corporações [...] tem gerado efeitos como [...] as doenças crônicas não-transmissíveis”.



A segunda menção é a seguinte:

“É indispensável estruturar uma política para reduzir progressivamente o uso de agrotóxicos

e banir imediatamente o uso daqueles que já foram proibidos em outros países e que apresentam graves riscos à saúde humana e ao ambiente, com o fim de subsídios fiscais”.

Encontro em Guarapari

Guarapari, no Espírito Santo, recebeu entre 4 e 6 de setembro o 1º Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da População Negra e dos Povos e Comunidades Tradicionais. Ao todo, foram 220 participantes, sendo 45 de governo e 175 representantes da sociedade civil. O evento funcionou como encontro temático preparatório para a 4ª Conferência Nacional.



Atendimentos especiais

A 4ª CNSAN buscou alcançar a total acessibilidade aos participantes com necessidades especiais. Foram disponibilizados assentos preferenciais para pessoas com deficiência, a substituição de mobiliário do Centro de Convenções de Salvador e até mesmo a contratação de pessoal capacitado para atendimentos especiais.

Unidades de Saúde

Num evento para duas mil pessoas, a organização se preparou para ocorrências de saúde. Nos quatro dias do encontro, além de uma unidade fixa de saúde, foram disponibilizadas três UTIs móveis no Centro de Convenções, das oito da manhã até as oito da noite. No evento de confraternização, em outro local (Espaço Bahia Café Hall), também foram disponibilizadas três UTIs.



No contexto urbano

Outro encontro temático, preparatório para a conferência, aconteceu em Brasília, entre os dias 10 a 12 de agosto do ano passado – o 1º Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Contexto da Política de Desenvolvimento Urbano. O encontro produziu consensos, conclusões e recomendações para a 4ª CNSAN, além de incluir a temática de segurança alimentar no contexto do desenvolvimento urbano. Ao final do evento foi publicada a revista SAN & Cidades.

Divulgação e Comunicação

Todo o processo de conferências em 2011, envolvendo as etapas territoriais, estaduais e nacional, apresentou os seguintes números: 32 artigos, 81 entrevistas, cerca de 200 informes, 15 comunicados, média de 5 notícias diárias no site do Consea. O clipping com recortes de tudo o que saiu em jornais, revistas e sites possui mais de 500 páginas [referentes às 26 conferências estaduais mais a do DF e a nacional]. Foram realizadas duas videoconferências e uma teleconferência e produzidos um vídeo institucional e 2 spots de rádio.

Diário da Conferência

Bem-vindos(as)

O dia que vai começar Bem-vindos à 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O dia que vai começar Bem-vindos à 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O dia que vai começar Bem-vindos à 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Mais de 75 mil pessoas participaram da abertura da 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O evento foi realizado no Centro de Convenções da Bahia, em Salvador, no dia 15 de maio de 2011.

Evento interativo! Mais de 75 mil pessoas participaram da abertura da 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O evento foi realizado no Centro de Convenções da Bahia, em Salvador, no dia 15 de maio de 2011.

Diário da Conferência

Confraternização é hoje

É hoje o dia de confraternização. Hoje é o dia de confraternização. Hoje é o dia de confraternização. Hoje é o dia de confraternização. Hoje é o dia de confraternização.

Mistura de ritmos. Mistura de ritmos. Mistura de ritmos. Mistura de ritmos. Mistura de ritmos. Mistura de ritmos. Mistura de ritmos. Mistura de ritmos. Mistura de ritmos.

Angola, samba e Bahia. Angola, samba e Bahia. Angola, samba e Bahia. Angola, samba e Bahia. Angola, samba e Bahia. Angola, samba e Bahia. Angola, samba e Bahia. Angola, samba e Bahia. Angola, samba e Bahia.

Diário da Conferência

Mais de 2 mil pessoas na abertura

Mais de 2 mil pessoas participaram da abertura da 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O evento foi realizado no Centro de Convenções da Bahia, em Salvador, no dia 15 de maio de 2011.

Evento interativo! Mais de 2 mil pessoas participaram da abertura da 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O evento foi realizado no Centro de Convenções da Bahia, em Salvador, no dia 15 de maio de 2011.

Evento interativo! Mais de 2 mil pessoas participaram da abertura da 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O evento foi realizado no Centro de Convenções da Bahia, em Salvador, no dia 15 de maio de 2011.

Diário da Conferência

Último dia

Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia.

Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia.

Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia. Último dia.

Ações sustentáveis

Nos espaços comuns do Centro de Convenções da Bahia foram instaladas lixeiras de coleta seletiva, cujos materiais eram enviados diariamente para processos de reciclagem e de tratamento adequado. Praticamente todos os resíduos sólidos do evento foram destinados à reciclagem. Além disso, já no credenciamento, cada participante recebeu uma garrafa d'água para evitar o uso de copo descartável. A bolsa também foi produto de material reciclado, adquirida junto a cooperativas que realizam esse tipo de trabalho.



Voluntariado

O evento contou com um bom apoio de alunos de cursos diferentes. Ao todo, foram 61 estudantes de universidades baianas e brasilienses. Os estudantes realizaram diversas tarefas de apoio, em atividades, na recepção, logística, prestação de contas, credenciamento etc. E também participaram de outras atividades como ouvintes.



Opinião dos participantes

Dos 2.000 participantes da conferência, apenas 77 responderam o formulário de avaliação e o entregaram à organização do evento. Dos 12 itens pesquisados, a melhor avaliação foi para “temas abordados”, que alcançou 92% entre “bom” e “ótimo”. Hospedagem, painéis, grupos temáticos e oficinas tiveram índices acima de 80%. Dois itens foram “negativos”, na avaliação dos 77 participantes – pontualidade (47%) e alimentação (33%).

